

A BELGA AVIAPARTNER COMPRA OPERADORA DE HANDLING GROUNDFORCE

«A TAP já escolheu o comprador para a Groundforce. De acordo com um pedido de autorização de venda enviado ao Governo, a transportadora aérea vai alienar 50,1% da operadora de handling à Aviapartner por três milhões de euros. Um valor que equivale a apenas 10% do preço que pagou, em 2008, pela mesma participação, quando os espanhóis da Globalia venderam aquela posição na empresa.

Na carta, a que o PÚBLICO teve acesso, o presidente da TAP pede aos ministros das Finanças e da Economia e Emprego, Vítor Gaspar e Álvaro Santos Pereira, "autorização para a venda da participação social" que o grupo detém na Groundforce. Fernando Pinto (foto em baixo) pede "a máxima brevidade possível" e explica os pressupostos do negócio, que consistirá num "pagamento inicial de três milhões de euros" equivalente à "aquisição dos 50,1%" de acções detidos pela transportadora e actualmente parqueados na sociedade Europartners.

A Aviapartner terá "opção de compra dos restantes 49,9% a um múltiplo do Ebitda [resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações] da sociedade reestruturada em 2015 ou 2016", lê-se no documento. E, se esta premissa se concretizar, colocando nas mãos do grupo belga a totalidade do capital da operadora, a TAP estima ganhos superiores a 55 milhões de euros, "com payout [reembolso] já durante o quarto ano".

A TAP confirmou o envio da carta, mas não respondeu às questões relacionadas com a escolha do comprador e o preço acordado. Referiu que a desvalorização da Groundforce face ao valor que pagou, em 2008, é um "pressuposto que não tem qualquer espécie de fundamento", aludindo aos impactos de 55 milhões que estão previstos, mas que podem vir a sofrer uma revisão, caso a Aviapartner não compre o restante capital.

Venda tem de avançar já

Na carta, enviada a 7 de Setembro, o gestor brasileiro expõe os argumentos para que seja dada luz verde ao negócio. Um deles está relacionado com o facto de a Autoridade da Concorrência ter impedido a TAP de controlar a totalidade do capital da operadora de handling.

Uma decisão que surgiu na sequência da saída da Globalia, em 2008, e do estacionamento temporário da participação maioritária junto de três bancos, num negócio que custou 30 milhões de euros à transportadora aérea. Fernando Pinto diz, inclusivamente, que o prazo imposto pelo regulador para fechar a venda "termina no próximo dia 19 de Novembro", tendo já sido "prorrogado duas vezes".

Licença em risco

Há ainda outro factor a pressionar o negócio, que foi assessorado pelo BIG. O prazo para concorrer às **licenças de assistência em terra nos aeroportos de Lisboa e Porto termina a 31 de Outubro**. E, nas actuais condições, a Groundforce não se pode candidatar, porque é obrigatório que a maioria do capital seja privado e que tenha um rácio de 15% de capitais próprios positivos.

"A não obtenção de uma nova licença implicará a impossibilidade de a empresa desenvolver a sua actividade e perder-se-ão directamente dois mil e trezentos postos de trabalho, ficando, além disso, paralisada toda a operação da TAP", escreve Fernando Pinto, acrescentando que, se a Groundforce não ganhar o concurso, "terá de encerrar as portas". A obtenção da licença é, aliás, a condição para que a venda fique concluída.

Na carta, o gestor avança que houve três "propostas firmes" para aquisição da operadora. Além da Aviapartner, também a Swissport e a Bavaria (duas empresas do sector) estiveram na corrida.

Fernando Pinto justifica a escolha do grupo belga com o facto de ter sido a oferta "mais vantajosa". E

explica que "a TAP está a finalizar as negociações para a venda das referidas acções (...) de forma a alterar a estrutura accionista antes da apresentação da proposta ao concurso".

O negócio deverá estar para breve, uma vez que a Aviapartner já está a negociar com os sindicatos ligados à assistência em terra uma eventual revisão do actual acordo de empresa assinado com a TAP. Os belgas querem aumentar a flexibilidade laboral, incentivando, nomeadamente, uma maior rotação dentro das várias funções que existem na Groundforce.

Como contrapartida pela compra, a transportadora, que é a principal cliente da operadora de handling, compromete-se a participar nos custos de reestruturação da empresa, que "passará pela cisão da actual sociedade em quatro novas", correspondentes às bases que detém no país (Lisboa, Porto e Madeira) e ao negócio da **carga**, que ainda poderá ser revendido à **Urbanos**. Além disso, ficou acordado que a TAP vai renovar o contrato com a Groundforce por mais "cinco anos", em troca de "uma descida nos preços praticados na ordem dos 5% ao ano no aeroporto de Lisboa", em 2013 e 2014, lê-se na carta.»

Raquel Almeida Correia, artigo publicado no jornal "[Público](#)"
(14 Outubro 2011)